EXTRA!
Bauru, 13 de outubro de 2016

Cabelos crespos e cacheados podem ser recuperados através da transição capilar

Valorização da beleza natural é forma de auto aceitação e luta contra preconceito

Gabriella Soares

Nos últimos anos, a indústria da beleza foi surpreendida por um movimento que nega a ditadura do cabelo liso que reinou por muito tempo no Brasil e no mundo. Hoje, mulheres e homens que alisavam quimicamente seus cabelos estão assumindo suas madeixas naturais. Essa mudança pode ser realizada de duas formas: raspar o cabelo e esperar que ele cresça novamente ou passar pela transição capilar.

A transição é o processo em que se mantém a parte alisada enquanto espera o cabelo natural crescer, sem realizar alterações químicas. Nesse período os fios apresentam duas texturas: natural na raiz e alisado nas pontas. Alessandra Carelli, especialista em cabelos cacheados, aponta que a transição capilar pode demorar, em média, 2 anos para se concluir. "O cabelo cresce no máximo 2cm por mês e quanto mais encaracolado for o cabelo, mais tempo demorará para crescer, pois o cabelo enrola mais", explica ela.

O *big chop* (grande corte) retira todo o cabelo quimicamente tratado, é o momento mais emblemático e o último para o cabelo natural, cacheado ou crespo. O processo também é visto como busca pela democratização da beleza, aponta Sabrinah Giampá, jornalista que mantém um blog sobre o assunto: "O preconceito contra o cabelo cacheado e crespo no Brasil está diretamente ligado ao preconceito étnico-racial. Por isso, falamos que assumir o cabelo natural no Brasil é um ato político."

Sabrinah ainda afirma que a transição capilar é muito mais importante do que apenas a aparência, trata-se de auto aceitação. "A mídia ainda trata o movimento de valorização do cabelo natural como 'moda'. Não tem nada de moda em lutar para ser você mesma com o cabelo que nasceu com você e sua cor de pele", conclui a blogueira.

Falta de representatividade na infância afeta a formação das crianças

Bonecas contribuem com a construção da identidade do indivíduo

Ana Laura Essi
Beatriz Lima

Um estudo publicado no periódico *Body Image,* em setembro deste ano, concluiu que meninas que brincam com bonecas magras são mais exigentes em relação ao próprio corpo.

A pesquisa contou com a participação de 112 crianças de seis a oito anos de idade que, separadas em grupos, brincaram com bonecas de diferentes tipos físicos. O resultado mostrou que as meninas que brincaram com bonecas magras se sentiam menos felizes com a sua aparência física quando comparadas àquelas que brincaram com as outras bonecas.

"O padrão magro, que é imposto na sociedade como única possibilidade, traz para crianças e jovens ideias distorcidas de beleza", afirma Lúcia Makena, educadora e empreendedora que confecciona bonecas de pano negras, como uma alternativa aos produtos presentes hoje no mercado.

De acordo com uma pesquisa da ONG Avante, divulgada em setembro deste ano, somente 3% das bonecas vendidas em lojas virtuais no Brasil são negras. Esse número contrasta com os dados mais recentes do IBGE, divulgados em 2015, que mostram que 53,6% da população se autodeclara preta ou parda.

Makena declara que, por conta do racismo na sociedade, durante décadas não se pensou em fazer bonecas negras, o que contribui para a baixa autoestima das crianças.

A educadora Cristiane Jaxuka aponta a boneca como um brinquedo na qual a criança projeta a si mesma e as pessoas de seu convívio, sendo um importante instrumento na construção da identidade e autoimagem durante a infância.

Para Jaxuka, que também confecciona bonecas de pano negras e indígenas, na intenção de ajudar a construir a identidade de seus alunos, "quando crianças negras podem brincar com brinquedos afirmativos, brinquedos onde se sentem representadas, isso tem um impacto positivo na sua autoestima".

Licença paternidade: um direito que aumenta o vínculo entre pais e filhos

O aumento na licença para 20 dias foi aprovado no início deste ano

Amanda Araujo

A legislação brasileira prevê que homens que se tornam pais, seja por meios biológicos ou por adoção, tenham direito a uma licença paternidade. Ou seja, são afastados do trabalho sem prejuízo na remuneração, com o objetivo de acompanhar melhor a primeira infância da criança, um período que vai da gestação até os seis anos de idade.

No entanto, o tempo que o pai tinha com o filho recém-nascido era considerado baixo por muitas pessoas, que acreditam tratar-se de um momento importante para a criação de vínculos paternos com a criança.

Para o pedagogo e pai, Paulo César Ferraz, a presença do pai nos primeiros dias de vida da criança é fundamental para o desenvolvimento emocional e educacional dela. "No início, o bebê exige grande apoio e conforto dos pais, muito mais tempo do que o de costume. Precisamos dar apoio moral: paciência, compreensão, reconhecimento e afeição", ressalta ele.

Por esse motivo, foi sancionada uma lei, no início de 2016, que aumenta o tempo que o pai pode passar com o filho recém-nascido, de cinco para 20 dias. O benefício pode ser usufruído apenas por servidores públicos da esfera federal, ou funcionários de firmas vinculadas ao programa Empresa Cidadã do governo federal.

No entanto, segundo a advogada especialista em Direito de Família, Marcela Prado, apesar do aumento na licença paternidade ser um passo de mudança de comportamento e de cultura da nossa sociedade, muitas empresas enxergam isso como uma forma de ter prejuízo. "Diferentemente do que ocorre na licença maternidade, em que o INSS tem a obrigação de arcar com os 120 dias e os 60 dias restantes é por conta da empresa, na licença paternidade tanto os cinco dias quanto os 15 dias complementares, serão por conta da empresa", explica a advogada Marcela Prado.

Paulo também acredita que a extensão da licença paternidade pode ser o começo de uma mudança no comportamento das famílias quanto à divisão das tarefas domésticas. "Eu poderia ter colaborado mais com minha esposa e dado mais de mim para ela e minha filha se tivesse tido mais tempo", comenta o pai.

Crédito: Nick Nguyen/Flickr

O contato com o pai é bom para o bebê

Famílias brasileiras têm mais animais de estimação que crianças

O fenômeno também ocorre em países como Estados Unidos e Japão

Maria Clara Novais

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o número de lares com animais de estimação é maior que o de famílias com crianças. Segundo o IBGE, a cada 100 famílias, 44 cuidam de cachorros e apenas 36 têm crianças de até doze anos de idade. A pesquisa foi realizada em 2013, mas publicada em 2015, e calculou que os lares brasileiros contam com 52 milhões de cães contra 45 milhões de crianças.

Para Helena Costa Carvalho, doutora em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), três fatores contribuíram para o crescimento das famílias multiespécies: a verticalização das cidades, que fez com que os animais ficassem dentro de casa, o mercado pet, que estimulou as pessoas a enxergarem os animais de estimação como parte da família, e a expansão do cuidado com esses bichos.

A mudança no perfil das famílias divide opiniões. "Se, por um lado, muitas pessoas acreditam nos benefícios de se ter um animal de estimação, outras questionam a importância que eles passaram a receber e criticam as tentativas de tornar a "causa animal" mais expressiva diante das causas humanas." aponta Liziane Gonçalves, doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Jorge Elói, psicólogo, ressalta que, independente da polêmica, o convívio com os animais estimula a responsabilidade com o outro, promove a auto-estima, torna as pessoas mais sociáveis, diminui a ansiedade, incentiva a prática de exercícios, contribui para a formação do indivíduo, aumenta a imunidade e pode evitar a depressão.

Crédito: Moppet65535/Flickr

Brasileiros buscam em animais de estimação uma companhia